Brasil adquiriria 250 mil t do produto no exterior, num posicionamento bastante pessimista, quanto à disponibilidade interna do cereal.

Por outro lado, a expectativa de exportadores brasileiros de que o governo federal autorizaria exportações de arroz, em 1981, peca pelo outro extremo, bastante otimista. Embora não seja impossível a efetuação de vendas do produto gaúcho, por exemplo, bem cotado internacionalmente, o balanço entre a oferta e a demanda doméstica do cereal não aconselha tais operações.

Realmente, apesar de a CFP estar estimando que a safra 1980/81 proporcionará 9,1 milhões de toneladas, o número final poderá ser ainda menor. Conforme exposto anteriormente, os resultados obtidos nos estados do Maranhão e de Goiás já significarão um recuo próximo a 1 milhão de t, na oferta deste ano, em relação às primeiras estimativas. Outros estados tiveram suas safras de arroz reavaliadas para menos, nos últimos meses, destacando-se Minas Gerais (em janeiro, a CFP calculava uma produção de arroz entre 906 e 948 mil t e, agora, espera 713 mil t), afetada pela estiagem, e Mato Grosso do Sul (-70 mil t), cuja área plantada se reduziu.

Cabe observar que se, à semelhança de 1980, os estoques existentes no país (o estoque remanescente da safra 1979/80 está avaliado em 1,64 milhão de t) não permitirem altas excessivas nos preços do produto, os orizicultores não se sentirão estimulados a novos investimentos em suas lavouras, no plantio da próxima safra.

O Quadro 1 permite ver que, já no ano passado, os produtores de arroz colocaram-se em sétimo lugar, em termos de elevação dos preços médios recebidos por suas safras, no país, segundo dados do Centro de Estudos Agrícolas, da Fundação Getúlio Vargas. Observe-se, no referido Quadro, que o milho, principal competidor por área, com o arroz, apresentou melhor desempenho, mesmo com uma safra relativamente volumosa.

Diante de uma situação de estabilidade no mercado, como a que se antevê para 1981, as autoridades governamentais deverão pautar sua política de abastecimento pelo duplo cuidado de não permitir pressões inflacionárias e de não comprimir excessivamente a rentabilidade do produtor.

CAFÉ

Elevado resultado da safra 1981/82 criará alguns problemas

A expectativa quanto à divulgação do Plano de Safra 1981/82 monopolizou as atenções do mercado cafeeiro do país nas últimas semanas, principalmente quanto ao nível em que será fixado o novo preço de garantia. Pressões e contra-pressões se sucedem, oriundas de diversos segmentos. Enquanto isso, as autoridades governamentais viram-se obrigadas a adiar a divulgação do Plano, indicando, implicitamente, a dimensão das dificuldades encontradas para preservar um mínimo de rentabilidade ao produtor numa conjuntura de escassez de recursos públicos.

Produtores e comerciantes de café argumentam que os custos de produção são hoje elevados e, portanto, o preço de garantia deveria ser de, pelo menos, Cr$ 11.000/saca, no início da safra. O governo, por seu turno, descarta esta possibilidade. Autoridades federais já declararam, mais de uma vez, que os valores pretendidos pelos produtores são "absurdos", contestando, como irreais, as estimativas de custo por eles apresentadas.

O pano de fundo desta discussão é formado, obviamente, pela certeza de que a colheita brasileira de 1981/82 será elevada (32,1 milhões de sacas, segundo o IBC) e pela perspectiva de que as cotações internacionais a médio prazo, permanecerão reduzidas. Em conseqüência, os produtores buscam obter um piso satisfatório para os preços internos. Por sua vez, o governo teme que, aprovando um preço de garantia elevado, esteja criando, involuntariamente, um novo obstáculo para a pretendida expansão das exportações brasileiras. Isto ocorrerá caso a tendência baixista do mercado internacional, conforme previsto, se agrave no final do ano. A propósito, o valor líquido recebido pelo exportador por saca vendida, segundo informações da praça

santista, já se situava, na primeira quinzena de maio, entre Cr$ 6.100 e Cr$ 6.500, enquanto os preços do mercado para cafés de qualidade correspondente se aproximavam de Cr$ 6.700/saca.

Mas a principal preocupação governamental, com relação à definição do preço de garantia, está associada à conjuntura inflacionária interna, a qual vem determinando um controle rígido da alocação dos recursos federais. É, aliás, justamente com as autoridades da área monetária que a estimativa de custos apresentada pelos produtores vem enfrentando maior resistência. Isto porque o próprio governo espera que as aquisições do IBC no período 1981/82 sejam elevadas. Várias fontes estimam essas compras oficiais entre 5 e 8 milhões de sacas. Caso fosse aprovado um preço de garantia de Cr$ 11.000/saca, conforme proposto pelos agricultores, os custos das aquisições do IBC se situariam entre Cr$ 55 e Cr$ 88 bilhões. É preciso não esquecer, ainda, que nesta estimativa, não estão incluídos os custos do financiamento para estocagem e que as despesas não poderão ser custeadas com recursos provindos do confisco cambial. Na sua quase totalidade esses recursos, estão comprometidos pela política de descontos de preços aos importadores que o IBC adotou desde fins de 1979, como forma de aumentar as exportações brasileiras.

A fim de minimizar os dispêndios federais relativos ao café, comenta-se no mercado que o governo adotaria um preço de garantia igual ou inferior a Cr$ 8.800/sc, a vigorar a partir de julho próximo. Além disso, procuraria estabelecer um sistema de financiamento que, conjugado a uma escala crescente de preços de garantia, induzisse o produtor a recorrer ao direito de vender ao IBC somente após janeiro de 1982. Assim, o governo seria obrigado a dispender maiores recursos para financiamento do estoque privado em 1981, mas transferiria para 1982 os elevados gastos com a formação do estoque oficial.

Esta estratégia, se adotada, terá um efeito fortemente baixista sobre os preços internos e externos do café. Permaneceria em mercado, durante pelo menos seis meses, uma elevada quantidade de produto que não encontraria colocação no Brasil ou no exterior. Além disso, a definição do nível do preço de garantia, a vigorar a partir de janeiro do próximo ano, é de extrema complexidade. Se o IBC não quiser correr o risco de adquirir café brasileiro a preços superiores aos do mercado internacional, terá que prever hoje, e com acerto, o efeito sobre os preços de diversos fatores que ocorrerão até o final do ano. Por exemplo, terá que prever hoje o tom em que transcorrerão as negociações entre países produtores pela disputa de cotas maiores no Acordo Internacional do Café. Além disso, terá de estimar os níveis de preços que serão estabelecidos na reunião da OIC entre produtores e consumidores em setembro próximo, isto, é claro, caso possível renovar o Acordo.

É também cogitada no mercado uma outra hipótese de intervenção governamental. Neste caso, o IBC procuraria compor seu estoque durante o segundo semestre de 1981, enxugando o mercado interno, o que teria o efeito de sustentar as cotações em cruzeiros e o de reduzir os efeitos baixistas da próxima grande safra, a ser colhida no Brasil. No entanto, poucos acreditam que esta alternativa seja implementada em razão da resistência que vem encontrando, principalmente, junto às autoridades da área monetária.

FEIJÃO

A importância da terceira safra

O segundo trimestre é o período em que, todos os anos, delineiam-se as expectativas mais concretas quanto à situação do abastecimento de feijão no país, ao longo do ano. Isto porque, entre abril e junho, não apenas termina a colheita da safra da seca no Centro-Sul, como, também, definem-se os contornos da safra nordestina, influenciados pela ocorrência, ou não, de chuvas, no período janeiro-abril.

Dados oficiais, divulgados no final de março passado, davam conta de que tinham sido produzidas 1,274 milhão de t de feijão na safra